



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0749262/2018**

PA COPAM Nº: 15216/2018/001/2018

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Deferimento

**EMPREENDEDOR:** TRANS-DOMINGUES EIRELI-ME

**CNPJ:** 17.825.863/0001-09

**EMPREENDIMENTO:** TRANS-DOMINGUES EIRELI-ME - FAZ  
SAO JERONIMO GRANDE

**CNPJ:** 17.825.863/0001-09

**MUNICÍPIO:** SANTA VITÓRIA

**ZONA:** RURAL

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-9	Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal.	3	0
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários.	2	0

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL  
TÉCNICO:**

**REGISTRO:**

**ART**

Neide Garcia Cardoso

CREA 04.0.0000097173

14201800000004725480

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

**ASSINATURA**

Lucas Dovigo Biziak  
Gestor Ambiental

1.373.703-6

De acordo:  
Rodrigo Angelis Alvarez  
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.191.774-7

Rodrigo Angelis Alvarez  
Diretor Reg. de Regularização Ambiental  
MASP 1191774-7  
SURAM/TM/AP



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0749262/2018**

O empreendimento TRANS-DOMINGUES EIRELI-ME - FAZ SAO JERONIMO GRANDE atua no ramo de Mineração, exercendo suas atividades no município Santa Vitória - MG. Em 09/10/2018, foi formalizado, na Supram TM/AP, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 15216/2018/001/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento é a "Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal", com área útil de 5 hectares, e "Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários", com extensão de 0,4 km. Os parâmetros informados justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência de potencial poluidor médio e porte médio, além da não incidência de critério locacional.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento. Estando este instalado em zona rural, foi apresentado registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nº MG-3159803-4541.8D4A.DFDB.4890.8E22.A4A4.4A83.4163 para a Reserva Legal constituída na área do empreendimento, além de adesão ao PRA (Programa de Regularização Ambiental) pelo déficit referente a Reserva Legal.

A área total do empreendimento é de 36 hectares, sendo 5 hectares de área útil (área de lavra), e 0,5 hectares de área de servidão. Trabalham no empreendimento funcionários terceirizados, já que o proprietário em si não possui funcionários. A atividade minerária do empreendimento compreende a extração de cascalho a ser realizada pela Prefeitura, que entra com os equipamentos necessários. **No RAS foi informada a intenção de se adquirir máquinas e equipamentos próprios para a realização da extração e venda do cascalho a terceiros no futuro, sendo assim, é necessário observar que isso poderá alterar a atividade a ser licenciada e outras medidas cabíveis, sendo necessário buscar melhor entendimento com o órgão ambiental no momento oportuno.**

Não há uso de água no empreendimento, assim como estruturas de apoio.

Como principais aspectos ambientais inerentes às atividades e mapeados no RAS, os quais podem gerar impactos, têm-se a emissão de particulados pelas atividades na mina, além da possibilidade de processos erosivos nas vias e entorno da mina. Quanto às medidas mitigadoras, para a emissão de particulados, deve haver monitoramento da necessidade de aspersão de água nas vias, já quanto aos processos erosivos, o empreendedor deverá monitorar a efetividade da contenção dos terraços e bolsões, além do desassoreamento das bacias de contenção após chuvas fortes ou persistentes, principalmente nas áreas próximas à Reserva Legal e APP.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada. Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



**Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0749262/2018**

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "TRANSDOMINGUES EIRELI-ME - FAZ SAO JERONIMO GRANDE" para as atividades de "Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal" e "Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários", no município de Santa Vitória-MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

"Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217 de 2017".



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "TRANS-DOMINGUES EIRELI-ME - FAZ SAO JERONIMO GRANDE".

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar relatório técnico e fotográfico, demonstrando e atestando as medidas de preservação e conservação implantadas na propriedade, quanto a reserva legal, APP, nascentes, conservação do solo, drenagem pluvial e conservação das vias de circulação.	Anualmente

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

## IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017.

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*